



Número: **0600441-96.2020.6.16.0188**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Rogério de Assis**

Última distribuição : **27/10/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600440-14.2020.6.16.0188**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Alto-falante/Amplificador de Som**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Representação nº 0600441-96.2020.6.16.0188, que a julgou improcedente. (Representação, com pedido liminar, ajuizada pelo Partido Republicano da Ordem Social - (Comissão Provisória Municipal de Pinhais/PR), em face dos candidatos Fernando Rosa dos Santos e Marcos Ceschin, por suposta violação da vedação contida no art. 15, §3º, da Resolução TSE n. 23.610 vez que, em 17/10/20 foi constatado que os representados vêm divulgando suas candidaturas por intermédio de carro de som, em desacordo com a legislação eleitoral, pois fora do contexto de carreatas, caminhadas, passeatas ou durante reuniões e comícios, juntando vídeos para comprovação do alegado (ID 17750958 e 17750960), ferindo frontalmente, o disposto no artigo 39, § 11, da Lei nº 9.504/1997, e artigo 15, § 3º, da Resolução nº 23.610 do Tribunal Superior Eleitoral, cujo pedido liminar foi indeferido); recurso com pedido liminar. RE3**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
<b>90 - PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL - COMISSAO PROVISORIA MUNICIPAL - PINHAIS/PR (RECORRENTE)</b>	<b>MAURICIO BECHER (ADVOGADO)</b>
<b>FERNANDO ROSA DOS SANTOS (RECORRIDO)</b>	<b>LUIZ EDUARDO PECCININ (ADVOGADO) DYLLIARDI ALESSI (ADVOGADO) PRISCILLA CONTI BARTOLOMEU (ADVOGADO)</b>
<b>MARCOS CESCHIN (RECORRIDO)</b>	<b>JEANCARLO DE OLIVEIRA COLETTI (ADVOGADO) LUIZ EDUARDO PECCININ (ADVOGADO) DYLLIARDI ALESSI (ADVOGADO) PRISCILLA CONTI BARTOLOMEU (ADVOGADO)</b>
<b>Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)</b>	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15267 616	30/10/2020 12:04	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

0600441-96.2020.6.16.0188

RECORRENTE: 90 - PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL - COMISSAO  
PROVISORIA MUNICIPAL - PINHAIS/PR

Advogado do(a) RECORRENTE: MAURICIO BECHER - PR0079219

RECORRIDO: FERNANDO ROSA DOS SANTOS, MARCOS CESCHIN

Advogados do(a) RECORRIDO: LUIZ EDUARDO PECCININ - PR0058101, DYLLIARDI  
ALESSI - PR0055617, PRISCILLA CONTI BARTOLOMEU - PR0097632

Advogados do(a) RECORRIDO: JEANCARLO DE OLIVEIRA COLETTI - PR0081995, LUIZ  
EDUARDO PECCININ - PR0058101, DYLLIARDI ALESSI - PR0055617, PRISCILLA CONTI  
BARTOLOMEU - PR0097632

Relator: ROGÉRIO DE ASSIS

## RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos por Marcos Ceschin e Fernando Rosa dos Santos contra decisão liminar que determinou a imediata cessação da propaganda eleitoral ilícita efetuada por meio de carro de som, sob imposição de multa diária.

Os embargantes alegam omissão quanto à parte da decisão de origem que determina que os embargantes se abstenham de “*transitar com carro de som com propaganda eleitoral*”, deixando de indicar com precisão o contexto da proibição.

É o breve relatório.

**Decido.**

Quanto à alegação de omissão, tenho que esta não subsiste, isso porque a decisão, em sua fundamentação, deixa claro que a proibição refere-se ao trânsito de



carro de som desacompanhado de carreatas, passeadas, caminhadas ou ainda durante reuniões e comícios, nos exatos termos do art. 39, §11 da Lei 9504/97, que não necessita de interpretação.

A decisão, tomada em sede de juízo perfunctório, próprio da análise de liminares, foi devidamente fundamentada sendo descritas as condutas consideradas ilícitas, sendo decorrência lógica que a proibição se refere a elas, isto é, carros de som trafegando com propaganda política de forma contrária ao disposto no art. 39, § 11 da Lei 9504/97.

Portanto, **CONHEÇO** dos Embargos de Declaração opostos por Marcos Ceschin e Fernando Rosa dos Santos, apenas para que conste que a proibição é de transitar carro de som com propaganda política de forma contrária ao contido no art. 39, § 11 da Lei 9504/97.

Publique-se. Intimem-se.

Autorizo a Sra. Secretária Judiciária a assinar os expedientes necessários ao cumprimento desta decisão.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

**ROGÉRIO DE ASSIS - Relator**

